

## **A interseccionalidade em um movimento social LGBTQI+ de Teresina (PI): trajetória do Grupo Matizes**

**Libni Milhomem Sousa<sup>1</sup>**

**Ana Kelma Cunha Gallas<sup>2</sup>**

**Olívia Cristina Perez<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho retoma a trajetória do principal movimento social em defesa dos direitos da população LGBTQI+ em Teresina (Piauí): o Grupo Matizes. Especificamente foi abordado como o movimento social articulou, na sua gênese e trajetória, questões relacionadas ao gênero, etnia-raça, classe e sexualidade, de modo isolado ou interseccional. A pesquisa qualitativa analisou documentos que pontuam a trajetória do Movimento e dois relatos orais de militantes envolvidos na criação do Matizes. Os resultados mostram que embora a interseccionalidade não seja expressa, a ideia das múltiplas opressões sociais vivenciadas pela população faz parte da própria composição do movimento LGBTQI+. A pesquisa também revela contribuições do Grupo Matizes para as políticas públicas e formação de outros grupos identitários na cidade de Teresina e estado do Piauí.

**Palavras-chave:** Grupo Matizes. LGBTQI+. Políticas Públicas. Diversidade. Interseccionalidade.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI), campus Campo Maior. E-mail: libnimilhomem@ifpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7348-3881>

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professora do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: kelmagallas@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5948-1505>

<sup>3</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. E-mail: 889oliviaperez@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>

No Brasil, os movimentos sociais centrados no debate e na defesa dos direitos que envolvem sexualidades e identidades de gêneros são conhecidos atualmente pela sigla LGBTQI+, iniciais para as palavras lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer* e intersexuais, sendo que o + se refere a outras possibilidades dentro desse universo, como os assexuais e pansexuais. A “sopa de letrinhas”, de que fala Regina Facchini (2005), vem incorporando novas identidades, substituindo a sigla LGBT. Essa última foi definida na I Conferência Nacional GLBT, em 2008, que decidiu pelo uso da “terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (ABGLT, 2010, p. 15).

Antes, o Movimento LGBT era reconhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). As mudanças nas siglas refletem o fato de que o movimento recorre a uma rede imensa com diversos protagonistas e posições políticas distintas, aglutinando demandas e reivindicações (VIANNA, 2015). Na prática, porém, a proliferação de categorias identitárias implicou “em demandas por reconhecimento de especificidades e de sujeitos que se sentiam invisibilizados ou de algum modo excluídos” (FACCHINI, 2009), operando tensões no interior dos movimentos e ativismos.

Uma dessas tensões diz respeito ao reconhecimento da importância da interseccionalidade. Crenshaw (2002), feminista afro-americana, traduz a interseccionalidade como uma combinação de um sistema múltiplo de subordinação, caracterizado por várias formas de discriminações simultâneas. A autora chama atenção para o fato de que mulheres negras estão subordinadas a formas de opressão que cruzam gênero e raça, não de forma sobreposta, mas interseccional. Conforme Crenshaw (2002, p. 177),

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Na academia, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica para apreender a articulação das desigualdades. Tal categoria é utilizada em especial nos escritos sobre gêneros e feminismos e foi amplamente difundida no Brasil dos anos 2000 em diante (PISCITELLI, 2008).

A interseccionalidade também vem sendo adotada por movimentos sociais como um parâmetro de justiça. Especialmente os movimentos feministas tem ressaltado o fato de que as desigualdades relacionadas ao gênero têm relação com aquelas relacionadas à raça e que as pautas dos movimentos devem se direcionar para as múltiplas formas de opressão social (RIOS, PEREZ; RICOLDI, 2018). A ideia então de interseccionalidade, que emerge a partir do movimento feminista negro, nos anos 1970 (HENNING, 2014; OLIVEIRA; FERRARI, 2018) vem sendo então utilizada pelas mobilizações feministas no Brasil.

O presente trabalho inova ao trazer o debate sobre a interseccionalidade para o campo de estudos sobre movimentos LGBTQI+. E é nessa seara que este trabalho pretende contribuir, analisando as pautas relacionadas a clivagens sociais como gênero, raça, sexualidade e classe social presentes, de forma isolada ou interseccional, em um movimento LGBTQI+ com forte atuação no estado do Piauí: o Grupo Matizes.

O Matizes é uma associação civil sem fins lucrativos, surgido na cidade de Teresina, em 18 de maio de 2002, na confluência de lideranças sindicais, ativistas, educadores e comerciantes LGBTQI+. A abordagem sobre o Grupo Matizes também é uma contribuição importante do presente trabalho na medida em que joga luz sobre um movimento fundamental na luta pelos direitos LGBTQI+ no Piauí, mas ainda pouco explorado pela academia.

Argumentamos neste texto, por meio de um resgate da gênese e da trajetória do Grupo Matizes, que a preocupação interseccional, sobretudo, a intersecção entre gênero, raça, classe social e sexualidade, estava presente na criação do Movimento, e vem marcando a agenda política do grupo desde então.

Nessa pesquisa qualitativa, que adota como técnicas, a análise documental e a história oral, os dados foram obtidos, inicialmente, pelas publicações do movimento e outras pesquisas acadêmicas que apresentam a trajetória e gênese do Grupo Matizes. Dentre os materiais consultados, o que forneceu mais subsídios para as análises, foi a obra memorialista “Letras da Diversidade” (SANTANA; ALBUQUERQUE, 2019) que trata da gênese do grupo Matizes, e a obra “Homossexualidades sem fronteiras: olhares sobre o Piauí” (BARROS JÚNIOR; LIMA, 2007). Outra fonte rica de material para consulta foi o *Blog* Matizes, para livre expressão sexual, escrito por uma das principais lideranças do Grupo Matizes, Marinalva Santana.

Para obter maiores subsídios, adotamos, ainda, a técnica da história oral, coletando depoimentos de dois fundadores do grupo. O critério para a escolha desses dois sujeitos foi importância deles na criação e existência do movimento. Os relatos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, via remota, realizadas em fevereiro de 2021. Os relatos revelaram não só a gênese do Grupo Matizes, mas a história da luta pelos direitos LGBTQI+ no município de Teresina. Logo, a pesquisa ultrapassou os objetivos iniciais que remetiam à análise sobre discussões e pautas interseccionais no Grupo Matizes, trazendo registros importantes sobre a história e dinâmicas dos movimentos LGBTQI+ em uma capital do nordeste brasileiro.

Ao explicitar as discussões sobre raça, gênero, sexualidade e classe social dentro de um movimento social LGBTQI+, o presente trabalho contribui para a compreensão sobre o quão avançadas eram e são as pautas desses movimentos, preenchendo uma certa lacuna teórica e prática sobre a interseccionalidade enquanto bandeira de justiça social de movimentos sociais. O presente trabalho também contribui para solucionar um dos problemas dos movimentos LGBTQI+ que é a falta de conhecimento e reconhecimento social da sua importância.

## **Movimento LGBTQI+ e criação do Grupo Matizes**

A história do movimento LGBT, como refletiu Facchini (2009), é a história da apropriação e da disputa coletiva de sentido em torno de categorias que foram (e ainda são, muitas vezes) “utilizadas para agregar estigma e sofrimento à vida de sujeitos com desejos e condutas que conflitam com normatividades sociais relacionadas a gênero e sexualidade” (FACCHINI, 2009, p.151-152).

Assim, apesar de o Brasil ser considerado como país pioneiro em políticas públicas para a população LGBTQI+, observa-se que um dos principais entraves à luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero tem relação com aquilo que Carrara chamou de vestígios de uma “moralidade sexual”, no qual, os LGBTs, considerados “novos sujeitos perigosos e abjetos”, são colocados em oposição aos “cidadãos respeitáveis”, que, nessa perspectiva, seriam merecedores, por suas qualificações morais, da serem assimilados à sociedade (CARRARA, 2010).

Essas tensões se evidenciam nas estatísticas da LGBTfobia no Brasil, conforme se observa no Relatório de Mortes LGBTQI+ elaborado anualmente pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 2019, ano da última pesquisa realizada pelo GGB, foram registradas 329 mortes nas 27 Unidades da Federação, com destaque para a região Nordeste, com o maior número de mortes (35,51%), seguido da região Sudeste (29,79%) e Norte (17,02%). O Sul e o Sudeste brasileiro apresentaram taxas de violência LGBTfóbica inferiores a 10% (GGB, 2019). Essas estatísticas revelam que as demandas da população LGBTQI+ pela igualdade de direitos ainda estão longe de serem atendidas (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012), tornando o trabalho dos movimentos sociais ainda mais desafiadores.

Historicamente, a agenda de reivindicações relacionadas aos direitos iguais para a população LGBTQI+ emergiu nos anos 70, em plena Ditadura Militar, mas somente a

partir dos anos de 1990 os movimentos passaram a pleitear políticas públicas efetivas para esses grupos (FACCHINI, 2005). Conforme Green (2003, p. 31),

embora os homens e as mulheres homossexuais não fossem alvos diretos da ditadura, o crescente número de policiais militares nas ruas, o uso arbitrário da lei e a generalizada vigilância nas expressões artísticas e literárias criaram um clima que desencorajava a possibilidade de emergência de um movimento por direitos dos gays e lésbicas no início dos anos de 1970.

No Piauí, a trajetória do Movimento LGBTQI+ teve início em Teresina no ano de 1988, período em que o país avançava o seu processo de redemocratização com a promulgação de uma nova Constituição Federal. O Grupo Free, primeira organização a promover o campo político identitário homossexual em Teresina, tentou “colocar na pauta da sociedade piauiense a questão das vivências sexuais reprimidas” (MORAIS, 2007). A

intenção era “libertar a homossexualidade do viés patológico ou moralista”, uma vez que “não era mais tolerável vivermos nossa sexualidade de maneira policiada e marginalizada” (MORAIS, 2007). Porém, na prática, o grupo acabou se tornando uma entidade preocupada em resolver conflitos de homossexuais expulsos de casa, ao invés de atuar como um movimento político emancipatório (MORAIS, 2007).

Com o fim do Grupo Free, a travesti negra Monique Alves, em uma luta quase solitária, idealizou o Grupo Babilônia que, ainda na década de 1990, produzia boletins que denunciavam a discriminação e violência contra LGBTs no Estado. Mais tarde, em 2001, esses boletins passaram a integrar o Relatório da violência LGBTfóbica no Brasil, produzido pelo Grupo Gay da Bahia. O Grupo Matizes surgiu apenas em 2002, a partir de uma sinergia de pessoas com origens diversas (ativistas, sindicalistas, intelectuais, comerciantes e LGBTs, entre os quais, a própria militante Monique Alves). O pesquisador Fabiano Gontijo, na época professor de Antropologia no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí, estava presente na fundação do grupo em

2002, atuando, mais tarde, como uma espécie de consultor informal do Matizes. Conforme o seu depoimento:

O que me chamou atenção na reunião de fundação eram os membros, que tinham origens e formações muito distintas. Tinha a Ayres, que era sindicalista [...]; a Marinalva, que na época fazia o curso de Letras (depois, faria Direito), que tinha um outro perfil [...]; tinha a Guacira, que era artista [...]; e tinha a Monique, que era trans [...]. Tinha o Nelson, da saúde, e um cara que era militar, que também participava do grupo. E tinha o Elias, do bar Pride, que era uma peça fundamental nesse jogo político. E o que me chamou atenção era essa diversidade. (GONTIJO, 2021, entrevista).

Outros acadêmicos contribuíram diretamente para esse momento inicial de formação política, como o sociólogo Francisco de Oliveira Barros Júnior e o historiador Solimar Oliveira Lima, ambos professores da Universidade Federal do Piauí, bem como o sociólogo Luciano Melo Sousa, do curso de Letras da Universidade Estadual do Piauí. Reunidos na obra memorialista “Letras da Diversidade” (2019), estes acadêmicos-ativistas minimizam os conflitos que permearam os primeiros momentos do Matizes, ressaltando a importância do grupo para a conquista de Direitos dos LGBTs:

As lideranças matizianas, ao promoverem o diálogo entre conhecimento acadêmico e militância, dão consistência às suas práticas ativistas. Exercício de práxis coletiva. Universidades públicas e espaços universitários privados abrem as suas portas para debaterem os temas relacionados à sigla LGBT e outras letras que aos poucos vão sendo acrescentadas (SANTANA; ALBUQUERQUE, 2019).

É certo que o contexto político influenciou a criação do movimento. No início dos anos 2000, o país tinha como presidente o ex-sindicalista e petista Luís Inácio Lula da Silva, enquanto que no estado do Piauí, o ex-sindicalista e também petista, Wellington Dias, exercia a chefia do executivo estadual. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder correspondeu a um grande desenvolvimento de políticas públicas na esfera federal, das quais se destaca, no caso dos LGBTs, o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), lançado no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, em 2004. À época, o programa foi considerado um importante marco na promoção da cidadania e dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, gerando políticas públicas e estratégias que seriam implantadas transversalmente por diferentes Ministérios e Secretarias de governo.

Em 2002, dois anos antes da criação do Programa Brasil Sem Homofobia, o Governo do Estado do Piauí, sob a gestão de Wellington Dias, tinha estabelecido o seu próprio marco institucional em favor das políticas LGBTs: a Coordenação Estadual da Livre Orientação Sexual – CELOS, departamento ligado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania – SASC.

A CELOS seria responsável mais tarde pela condução do BSH no Piauí, com a contribuição direta do Matizes. Mas, embora tenha estimulado um conjunto expressivo de ações e políticas significativas, o programa foi perdendo força na esfera federal, impactando diretamente as expectativas dos movimentos sociais LGBT. Isso ocorreu, sobretudo, devido às frágeis alianças políticas, e pelo receio de desagradar grupos religiosos conservadores que estavam na sua base de apoio, dificultando, assim, a governabilidade (MACHADO; RODRIGUES, 2015). Mais tarde, em 2011, o programa seria totalmente desarticulado durante o Governo Dilma Rousseff, especialmente, em decorrência da pressão da bancada Evangélica (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Durante anos, a CELOS acolheu as solicitações do Grupo Matizes, atuando na mediação das demandas junto às demais esferas da administração estadual. Entre as ações de maior impacto, na época, destaca-se um complemento à Lei Orgânica do Município de Teresina, que determinava punição a qualquer discriminação de orientação sexual em espaços públicos. Em contrapartida, a atuação do Matizes foi fundamental para a promoção do BSH no Piauí.

À época, outros grupos surgiram com a proposta de defesa da não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, ou propondo-se à promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT. Segundo Santana (2011), a falta de verbas públicas levaria

a muitos grupos LGBT a se vincularem umbilicalmente ao Programa Brasil Sem Homofobia, que estava à época, mais focado no combate a AIDS. Um dos temores do Matizes era o esvaziamento da agenda política desses movimentos, cujos interesses passavam a ser pautados por uma relação fisiológica com o estado:

Infelizmente, ainda assistimos a equívocos inaceitáveis na atuação de muitas entidades de LGBTs. O reducionismo de sempre associar as ações à questão da AIDS é um deles. Com isso não se quer dizer que a luta contra a AIDS e as ações de prevenção são desimportantes. É óbvio que esse pode ser um dos focos da atuação. Transformá-lo, porém, em foco único ou prioridade absoluta é ignorar a situação de violência e negação de direitos a que são submetidas as pessoas LGBTs em nosso País e, especialmente, no Piauí. (SANTANA, 2011, s/p.)

Por volta de 2011, quando publicou o libelo político em seu Blog, o Grupo Matizes passou a assumir uma posição mais combativa, criticando frequentemente a atuação dos governos petistas nas esferas federal e estadual, o que contribuiu para o esgarçamento de suas relações com a CELOS, a sua maior parceira institucional. Por outro lado, essa postura ajudou o Matizes a construir uma imagem de um coletivo com maior autonomia e independência política.

Somente essa opção é capaz de transformar as várias ações afirmativas hoje existentes em políticas públicas de fato. Somente essa opção é capaz transformar o faz de conta do Estado em ações efetivas para o combate ao preconceito e ao enfrentamento da discriminação. (SANTANA, 2011, s/p.)

A postura propositiva do Grupo Matizes ficou evidenciada em diversas ações no estado do Piauí e no município de Teresina. Entre 2003 e 2004, o movimento contribuiu para diversos marcos legais, tais como: a) a Lei Estadual nº 5.431/2004, que dispôs sobre a aplicação de sanções administrativas em casos de discriminação por orientação sexual; b) a Lei Municipal nº 3.401/2005, que reconheceu a legitimidade da união estável para relações homoafetivas; e c) a Lei nº 3969/2010, de 12 de março de 2010,

que criou o Conselho Municipal de Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CMDLGBT.

Outro destaque desse período foi o Disk Cidadania Homossexual (0800-280-5688), criado em 2004 pela Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – SEMTCAS, em parceria com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O sistema viria responder a uma antiga reivindicação dos movimentos no combate à violência e à discriminação sofridos pelas minorias sexuais e de gênero em Teresina. Na época, a prefeitura assegurava aos LGBTQI+ expulsos de casa o direito a 90 dias de estadia em um hotel, enquanto se restabelessem. Hoje, o Disk Cidadania Homossexual se encontra desarticulado, da mesma forma que o celebrado Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, ligado à Secretaria Social de Assistência e Cidadania – SASC.

Durante anos, o Centro de Referência se constituiu em um importante instrumento de promoção a dignidade da população LGBTQI+ na cidade, não apenas expedindo carteiras com o nome social, mas ajudando em questões legais, como a união estável, além de promover campanhas publicitárias de combate à LGBTfobia.

Outro marco nas políticas públicas LGBTQI+ em Teresina foi a criação em 2006 da Delegacia Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Combate à Discriminação, que visava diminuir a dupla violência sofrida pelos LGBTQI+ naquele momento: as agressões LGBTfóbicas e as constantes discriminações dentro do aparelho público, no processo de registro das queixas. Embora a delegacia que deveria combater a violência LGBTfóbica passasse a ser conhecida como a “Delegacia dos Veados”, o espaço se tornou uma das maiores conquistas para a população no Estado. Agentes eram treinados para dar um atendimento mais humanizado às pessoas LGBTQI+, sobretudo, os soropositivos, profissionais do sexo e travestis periféricas, que habitualmente eram vítimas de discriminação dentro das delegacias. A delegacia especializada foi saudada como modelo de respeito à diversidade, sendo replicada em outros estados.

Conforme os dados coletados, o Grupo Matizes atuou fortemente na proposição de leis para a população LGBTQI+ no estado. O grupo passou inclusive a ser conhecido na esfera nacional como um movimento social que faz uso da judicialização na conquista de direitos. Por exemplo, o estado do Piauí foi precursor quanto ao Imposto de Renda - IR, onde em 2009 através das constantes provocações em defesa da promoção dos direitos humanos, casais LGBTQI+ passaram a incluir o cônjuge como dependente no IR para fins de dedução. Outro progresso refere-se à doação de sangue por homens homossexuais. Desde de 2006 o Grupo Matizes discutia na esfera pública quanto à doação de sangue. Em novembro de 2006 o Ministério Público Federal ajuizou a ação. Assim, como escreve Rancière (2005), a disposição de representações no campo do visível constitui o gesto político fundamental. Essa ideia pode ser comprovada pelo impacto do Grupo Matizes na representação junto ao poder público e na própria ideia de que aqueles espaços devem ser ocupados por movimentos LGBTQI+, o que influenciou na criação de vários deles no estado do Piauí.

Na esfera dos movimentos sociais LGBTQI+, o Matizes atuou, sobretudo, na formação de uma rede colaborativa de agentes espalhados em municípios piauiense, como Barras, Bom Jesus, Corrente, Valença, São Raimundo Nonato e Valença. As atividades principais de trabalho de formação do Grupos era (a) criação de Comitês de Direitos Humanos, (b) Cursos e seminários de formação, (c) material educativo. Conforme relatado no *Blog* do Grupo:

Investir na formação política de seus militantes é um dos desafios para todos os grupos organizados em nosso Estado. O discurso da vitimização, tão forte na militância LGBT, não mais encontra eco na sociedade. É preciso perceber que nossa luta é legítima não porque somos coitadinhos/as, mas por sermos sujeitos de direitos – e esses direitos nos serem negados pelo Estado (SANTANA, 2011, s/p.).

Como resultado de vários trabalhos o Grupo Matizes contribuiu e influenciou no surgimento de outros grupos orientados para militância LGBTQI+ no Piauí, como: Grupo

Arco-Íris dos Cocais, em Esperantina; Associação Florianense de Diversidade Sexual – AFLODS, em Floriano; Grupo Guarú e o Grupo de Lésbicas de Parnaíba, em Parnaíba; Babaçu Rosa, em Barras; Grupo de Voluntários de Cajueiro da Praia – GRUVCAP, em Cajueiro da Praia; Rede Arco-íris em Pedro II; GlosLGBT, em Picos; Grupo Gay de Piripiri, e Articulação de Travestis do Piauí, em Piripiri; e, em Teresina, o Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis – GPTRANS, o Coletivo Gay de Mirindiba e o Coletivo de Lésbicas Apoena (SANTANA, 2011).

Observa-se que esse agenciamento se constituiria, sobretudo, em respostas materiais às necessidades da população LGBTQI+, historicamente caracterizada por uma “cidadania precária”, conceito apresentado por Bento (2014) para representar a dupla negação sofrida pelo indivíduo LGBTQI+: a de sua condição humana e a de sujeitos detentores de direitos.

A precarização da cidadania, vivida especialmente por sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas, está assentada nos “corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros)” (BENTO, 2014, p.167), forçados a lutar por um reconhecimento político, econômico e social que lhes são constantemente negados.

Sabemos que o enfrentamento dos interesses heteronormativos, e, sobretudo, as categorias naturalizadas que desclassificam e tornam abjetas as vidas LGBTQI+, exigem um processo de desconstrução das visões e das verdades absolutas na inteligibilidade social (MIRANDA, 2016; MIRANDA; LIMA, 2019). Essa sem dúvida é uma outra contribuição importante do Grupo Matizes e que não se encerra no trabalho já apresentado pelo Grupo, mas deve estar em constante processo de reflexão conectado com as mudanças sociais e com a formulação de novas necessidades, como a interseccionalidade.

## **Pautas interseccionais na trajetória do Matizes**

Examinar as pautas interseccionais de um movimento social pode parecer inócua já que o debate sobre o tema é recente, enquanto os movimentos sociais podem ser mais antigos, como é o caso do Grupo Matizes, formado há 20 anos. Na época da formação do Grupo provavelmente não conhecia o debate sobre a interseccionalidade, assim como o fato dela ser um importante parâmetro de justiça social não estava solidificado no Brasil. Ainda assim decidimos mostrar o quanto a intersecção de diversas clivagens sociais estava envolta no seu trabalho. É certo que os documentos e relatos consultados para a presente pesquisa não vão revelar o conhecimento da ideia de interseccionalidade pelos militantes que criaram e fizeram parte da trajetória do Movimento. Mas mostramos como a ideia da inclusão da diversidade de pautas, identidades e necessidades está envolvida nas tensões de movimentos sociais LGBTQI+.

O itinerário do Grupo Matizes, enquanto corpo político, é marcado pela tentativa de corresponder às demandas reprimidas da população LGBTQI+, caracterizando-se por uma agência propositiva de promoção dos direitos humanos, embora fique evidente que as pautas interseccionais, especialmente no tocante o combate às desigualdades e exclusões sociais, não tenham adquirido maiores contornos.

Embora a importância da interseccionalidade, nesses termos, não estivesse explícita na criação do Movimento, conforme os relatos orais, havia uma ideia de que as múltiplas desigualdades deveriam ser defendidas, por isso que o Grupo se caracteriza como defensor dos direitos humanos. Ou seja, o foco do Matizes não foi cimentado unicamente no viés da sexualidade, mas, sobretudo, na promoção dos direitos humanos, conforme verifica-se nos escritos de Santana (2021, s/p.), quando diz que: “[...] o Matizes tem pauta de direitos humanos, na defesa contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia, sabendo que todas as opressões têm uma raiz única, que é a incapacidade de respeito à diversidade”. A ideia de direitos humanos é uma tentativa de aglutinar

clivagens sociais como gênero, sexualidade, raça, e classe social que podem estar desarticuladas quando a pauta do movimento gira em torno somente da questão LGBTQI+.

Outro fato que mostra a interseção de pautas no Grupo Matizes está relacionado com a diversidade de lutas envolvidas nas pessoas que o criaram. O Grupo foi construído como grupo misto com pessoas que atuavam já na questão da sexualidade enquanto outras estavam envolvidas no movimento sindical e estudantil. Embora não estivesse revelada ou fosse compreendida a importância da luta interseccional, fato é que o Grupo cobrou e influenciou o poder público para uma maior atenção com questões que não estavam diretamente relacionadas à população LGBTQI+, mas que, sem dúvida, remetiam às discussões de gênero. Por exemplo, ainda em 2006 o Matizes passou a cobrar ações para o serviço de aborto legal, dado que o Piauí era o único estado da região Nordeste que não dispunha no Sistema Único de Saúde (SUS) o serviço de aborto legal.

Outro exemplo, no âmbito da saúde, foi a luta empreendida pelo Matizes contra a regra da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), vigente desde 2004, que impedia homens gays ou bissexuais de serem doadores de sangue no Brasil. Pela resolução 153/2004 da Anvisa, estavam inabilitados, por um ano, para a doação de sangue, "homens que tiveram relações sexuais com outros homens e ou as parceiras sexuais destes" em um prazo de 12 meses antes da coleta.

Em 2006, o Matizes protocolou representação junto ao Ministério Público Federal (MPF), que resultou em uma Ação Civil Pública que pedia a suspensão dos efeitos da portaria da Anvisa naquele mesmo ano, classificando de "discriminatória" a norma da agência que regulamentava as condições para que uma pessoa possa doar sangue. Nesse quadro, os movimentos sociais têm caracterizado sua atuação por uma árdua negociação política, permeada por relações de aliança e de conflito, na tentativa

de incluir as múltiplas demandas identitárias na agenda dos movimentos (FACCHINI, 2005).

As pautas do Grupo Matizes também ficam evidentes no que diz respeito a etnia-raça o que ilustra o caráter interseccional do movimento. Atuando de forma integrada com outras entidades e movimentos sociais, o Matizes buscou através das ações desenvolvidas em parceria, mitigar a dissolução das agressões existentes nas relações sociais desferidas a mulheres, negros e LGBTs. Prova disso é a parceria com o Grupo Afro-cultural Coisa de Nêgo. Ambos estiveram envolvidos em algumas ações. Por exemplo, em 2010 junto a outras organizações da sociedade civil tentaram dialogar com deputados sobre a reforma administrativa pretendida pelo estado do Piauí. O objetivo dos movimentos sociais e organizações era a de impedir que a reforma administrativa prejudicasse a atuação dos órgãos direcionados à promoção de uma política de igualdade de gênero, etnia – raça e diversidade sexual. Na época, uma das propostas da reforma seria a de eliminar os órgãos constituídos na intenção de viabilizar políticas públicas para negros, mulheres e população LGBTQI+.

O Grupo Matizes e o Coisa de Nêgo também estiveram reunidos em ações educativas que intercambiavam temas como sexualidade, prevenção e saúde. A parceira ocorreu por intermédio do projeto “A gente quer viver pleno Direito”. O projeto foi uma realização do Grupo Matizes com colaboração do Fundo PositiHiVo. A oficina “Prevenção e Promoção da Saúde de Jovens” oferecida pelo projeto foi destinada aos integrantes do Coisa de Nêgo e população em geral. Contou com dinâmicas, discussões e exposições orais sobre métodos contraceptivos, incluindo orientações sobre o manuseio adequado da camisinha masculina e feminina. Além disso, contribuiu com informações a respeito das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, a exemplo do HIV/AIDS. A ação foi realizada na comunidade Boa Esperança, localizada na zona norte de Teresina (CIDADE VERDE, 2010).

Outro destaque, onde se confirma a interlocução do Grupo Matizes e movimento negro está relacionado aos constantes diálogos com o médico Dr. Francisco Costa, na época Secretário da Saúde do Estado do Piauí. Na ocasião, representantes do movimento negro, quilombolas, terreiro e movimento LGBTQI+ foram convocados para uma reunião onde apresentaram um documento com recomendações em medidas preventivas de saúde. A pauta discutia o desenvolvimento de ações de saúde direcionadas aos usuários pertencentes a população negra e LGBTQI+. Além do Grupo Matizes e Coisa de Nêgo participaram da reunião a Articulação Piauiense de Travestis e Transexuais - APTTRA; Coordenação de Promoção da Equidade vinculada à Secretaria de Saúde do Estado; Diretoria de Direitos Humanos da SASC; Movimento Piauiense de Assistência à Cidadania – LGBT – MOPAC; Rede de Religiões Afro em Saúde do Piauí – RENAFRO e Superintendência de Relações Institucionais (PORTAL DA SAÚDE, 2015).

Com um olhar voltado para a promoção da justiça social, a agenda de trabalho do Grupo Matizes é orientada na promoção aos direitos humanos. Em contraposição a ideia da lógica de divisão de lutas, o Matizes se inseriu no cenário local como um mobilizador a favor da liberdade e contra todas as manifestações de discriminações. A argumentação pode ser confirmada em entrevista concedida a comunidade global on-line Changemakers, onde o Matizes expõe que:

Nós do Matizes sempre tivemos a percepção de que nossa luta tem convergência com as lutas de todos os segmentos socialmente inferiorizados e, por isso, atuamos em conjunto com entidades dos movimentos negro, de pessoa com deficiência, feminista e vários outros. Nossa luta é para que todas as pessoas sejam livres e iguais, independente de suas especificidades de gênero, raça, orientação sexual, classe social, dentre outras especificidades. (CHANGEMAKERS, 2016, s/p.)

Ao longo das últimas décadas, os tensionamentos decorrentes dessas disputas, fracionaram a ideia de uma identidade coletiva LGBT, obrigando os grupos dedicados à

luta, defesa e promoção dos direitos, a um processo contínuo de formulação e reformulação. Tais esforços não configuraram uma mudança efetiva na situação interseccional dos LGBTQI+, ou nas hierarquias erguidas em torno das diferenças. Mas a própria adoção das siglas LGBTQI+ revela a inclusão de grupos, identidades e clivagens antes invisibilizadas nos movimentos. A ideia da diversidade que é uma das principais pautas dos movimentos sociais LGBTQI+ já expressa o fato de que os seres humanos não são iguais, estando envolvidos em identidades, clivagens e necessidades sociais que merecem atenção a respeito nas suas especificidades.

Certo é que o Grupo não absorve a ideia de interseccionalidade assim como o debate acadêmico prevê – e nem poderia, já que no caso dos movimentos sociais o que interessa é como eles inter cruzam os sistemas de opressão como parâmetros de justiça. Conforme a autora referência no debate acadêmico sobre o conceito, Crenshaw (2002), a interseccionalidade é como uma combinação de um sistema múltiplo de subordinação, caracterizado por várias formas de discriminações simultâneas. A autora denuncia especialmente o fato de que mulheres negras estão subordinadas a formas de opressão que cruzam gênero e raça, não de forma sobreposta, mas interseccional. No Grupo Matizes a interseccionalidade tem servido como parâmetro de justiça na medida em que eles consideram as opressões relacionadas à raça com outros, principalmente a sexualidade.

A interseccionalidade torna-se, portanto, um conceito que contribui na compreensão das intersecções presentes na etnia-raça, classe social, sexualidade e gênero. As desigualdades e exclusões sociais presente na sociedade, não podem ser analisadas separadamente da hegemonia produzida historicamente e marcada pela ideia de uma hierarquia heterossexual, branca e rica (FIELDS; MORGAN; SANDERS, 2016).

Dentro dos próprios movimentos sociais, a invisibilidade das demandas transexuais e travestis, evidenciada pelo predomínio do protagonismo branco,

masculino e das camadas médias urbanizadas, desvelava as narrativas excluídas ou relegadas ao esquecimento. Conforme Simões e Facchini (2009, p.15), “homens predominaram nas organizações do movimento brasileiro, desde suas primeiras fases”, evocando a necessidade de se refletir sobre a articulação de outras identidades nos movimentos LGBTQI+ no país.

### **Considerações Finais**

Esse trabalho se propôs a questionar a intersecção de pautas e categorias sociais em um movimento LGBTQI+. Nesse sentido, pretendemos preencher uma lacuna a respeito da discussão da interseccionalidade nos movimentos sociais LGBTQI+ no Piauí. O trabalho mostra que a despeito da ideia de interseccionalidade não estar explícita nos movimentos, a própria composição de um movimento social LGBTQI+ já envolve tensões decorrentes das diversas identidades envolvidas, e suas respectivas clivagens de raça, classe social, sexualidade e gênero, que foram, em algum momento, levadas em consideração na luta.

Ao direcionar o seu foco na defesa dos direitos LGBTQI+ em Teresina, o Grupo Matizes promoveu questionamentos bastante provocativos em relação às hierarquias sociais, refletindo sobre os diversos marcadores sociais da diferença, que imputavam, por meio de convenções sociais, a produção e a reprodução de vulnerabilidades. Nesse sentido o Matizes e seus “corpos erráticos” provocaram uma instabilidade no sistema hegemônico local. Ainda que o conceito ou a bandeira da interseccionalidade não esteja expressa no Grupo, o próprio fato dele questionar uma hierarquia heterossexual, branca e rica já demonstra o quanto a intersecção de clivagens sociais é central na própria composição do Movimento.

Além do foco nas pautas de um movimento social da cidade de Teresina, o trabalho mostrou, ainda, a relevância do trabalho do Grupo Matizes, especialmente no

agenciamento de pautas para o atendimento das demandas LGBTQI+ nas políticas públicas, e sua influência para a criação de outros grupos com temas semelhantes. Embora a diversidade de pautas interseccionais abarcadas pelo Matizes, ao longo de sua trajetória, possa significar um avanço expressivo no campo da justiça social, bem como, as estratégias utilizadas pelo grupo, quase sempre apelando para a judicialização, possa ter suas limitações, esses dados contribuem para refletir sobre a atuação dos movimentos sociais junto ao estado.

Nesse sentido, o trabalho ultrapassa o objetivo inicial mostrando as contribuições de um movimento social, assim como a trajetória dos movimentos LGBTQI+ que atua no município de Teresina, mas cuja repercussão se estende para a própria esfera nacional, implicando em novas análises que possam captar as nuances e singularidades envolvidas nas tensões e disputas dos movimentos sociais.

### Referências

- ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Curitiba: ABGLT, 2010. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira. O sociólogo na parada do Arco-Íris. In: SANTANA, Marinalva; ALBUQUERQUE, Marleide Lins (orgs). **Letras da Diversidade**: cenas de livre expressão. Teresina: AvantGarde Edições, 2019.
- BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira. **Homossexualidades sem fronteiras: olhares sobre o Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink Publicações, 2007. (Coleção Diversidades, 2).
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Paulo, v.4, n.1, jan.-jun. 2014, p.165-182. Disponível em: [https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4103703/mod\\_resource/content/1/Bento%2C%20Berenice%20%20Nome%20social%20para%20pessoas%20trans%20cidadania%20preca%CC%81ria%20e%20gambiarra%20legal.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4103703/mod_resource/content/1/Bento%2C%20Berenice%20%20Nome%20social%20para%20pessoas%20trans%20cidadania%20preca%CC%81ria%20e%20gambiarra%20legal.pdf). Acesso em: 03 mar.2021.
- BRASIL. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: 17 fev. 2021.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Pressão de bancada faz governo cancelar kit sobre homossexualidade**. 2011. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-cancelar-kit-sobre-homosssexualidade/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil Contemporâneo. **Bagoas** -Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, v. 4, n. 5, 2010, p.131-147. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316/1749>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CHANGEMAKERS. **A impunidade é um grande oxigênio que alimenta o ódio contra LGBT**. 2016. Disponível em: <https://www.changemakers.com/pt-br/direitoshumanos/blog/%E2%80%9Cimpunidade-%C3%A9-um-grande-oxig%C3%AAnio-que-alimenta-o-%C3%B3dio>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CIDADE VERDE. **Projeto ‘A gente quer viver pleno direito’ debate Prevenção e Promoção da Saúde de Jovens**. 2010. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/p/88>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171–188. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=pt&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=pt&lng=pt). Acesso em: 20 fev. 2021.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, n. 04, 2009, p. 131-158. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300/1733>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FIELDS, Errol, MORGAN, Anthony.; SANDERS, Renata Arrington. The Intersection of Sociocultural Factors and Health-Related Behavior in Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth: Experiences Among Young Black Gay Males as na Example. **Pediatric Clinics of North America**, v. 63, n.6, 2016.

GONTIJO, Fabiano. **Itinerário do Grupo Matizes**. [Entrevista concedida a] Ana kelma Cunha Gallas, Teresina, 2021. 1 arquivo. mp4 (63min.).

GREEN, James Naylor. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 13-44. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2508/1918>. Acesso em: 01 marc. 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB) (Org.). **Assassinatos de LGBT no Brasil: Relatório 2019**. Salvador, 2019. 175 p. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HENNING, Carlos Eduardo. **Paizões, tiozões, e tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo** (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil). 2014. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281147/1/Henning\\_CarlosEduardo\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281147/1/Henning_CarlosEduardo_D.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

LIMA, Solimar Oliveira. Uma parada, um caminho. In: SANTANA, Marinalva; ALBUQUERQUE, Marileide Lins. (orgs). **Letras da Diversidade: cenas de livre expressão**. Teresina: AvantGarde Edições, 2019.

MACHADO, Frederico Viana; RODRIGUES, Cristiano Santos. Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: MACHADO, Frederico Viana; MASSOLA, Gustavo; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (ORGS.). **Estado, Ambiente e Movimentos Sociais** [recurso eletrônico]. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. (Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos; v. 8).

- MELLO, Luiz.; AVELAR, Bruno Rezende de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, maio/agosto, 2012, p. 289-312. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves. Percursos das transformações da teoria e da validação do conhecimento nas ciências humanas: do falsificacionismo de Popper à teoria de valor de Rickert. **Revista Interterritórios**, v. 2, 2016, p. 141-154. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/8694>. Acesso em: 05 mar. de 2021.
- MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves; LIMA, Larissa Suellen Gomes Andrade de. A Prática Pedagógica dos Direitos Humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. **Revista Momento Diálogos em Educação**. Rio Grande, v. 28, 2019, p. 328-348. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/7847/5797>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- MORAIS, Soraia. Grupo Free: uma ebulição clandestina. In: BARROS JUNIOR, Francisco de Oliveira; LIMA, Solimar Oliveira (Orgs). **Homossexualidades sem fronteiras: olhares sobre o Piauí**, v. 2. Rio de Janeiro: Booklink; Teresina: Matizes, 2007.
- OLIVEIRA, Danilo Araújo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, 2018, 21- 29. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8234/7166>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-74, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247/4295>. Acesso em: 05 jul.2021.
- PORTAL DA SAÚDE. **Francisco Costa reúne-se com entidades do movimento negro, terceiro e LGBT**. 2015. Disponível em: <http://saude.pi.gov.br/noticias/2015-03-05/6203/francisco-costa-reune-se-com-entidades-do-movimento-negro-terreiro-e-lgbtt.html>. Acesso em: 07 jul. 2021.
- RIOS; Flavia; PEREZ; Olívia; RICOLDI; Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/46648>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SANTANA, Marinalva; ALBUQUERQUE, M. (orgs). **Letras da Diversidade: cenas de livre expressão**. Teresina: Avant Garde Edições, 2019.
- SANTANA, Marinalva. **Itinerário do Grupo Matizes**. [Entrevista concedida a] Ana kelma Cunha Gallas e Libni Milhomem Sousa, Teresina, 2021, 1 arquivo. mp4 (67min.).
- SANTANA, Marinalva. **Movimento LGBT no Piauí: fatos e falácias**. Matizes Blog, 2011. Disponível em: <http://grupomatizespiaui.blogspot.com.br/2011/09/movimento-lgbt-no-piaui-fatos-e.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, jul/set. 2015, p. 791-806. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

## **Intersectionality in an LGBTQI+ social movement in Teresina: Grupo Matizes's trajectory**

**Abstract:** The present work reports the trajectory of the main social movement in defense of the rights of the LGBTQI+ population in Teresina (Piauí): the Matizes Group. Specifically, we approached how the social movement articulated in its genesis and trajectory issues related to gender, ethnicity-race, class and sexuality, in an isolated or intersectional way. The qualitative research analyzed documents that punctuate the Movement's trajectory and two oral reports by militants involved in the creation of Grupo Matizes. The results show that although intersectionality is not expressed, the idea of multiple social oppressions experienced by the population is a fundamental part of the composition of the LGBTQI+ movement. The research also reveals Grupo Matizes' contributions to public policies and the formation of other LGBTQI+ groups in the city of Teresina and the state of Piauí.

**Keywords:** Matizes Group. LGBTQI+. Public policy. Diversity. Intersectionality.

Recebido: 01/04/2021

Aceito: 10/07/2021